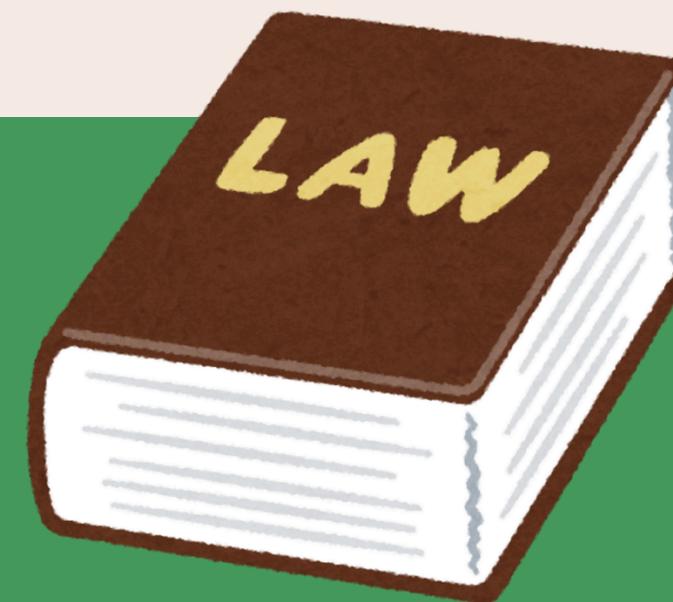


NÚCLEOS DE ATENDIMENTO DA ZONA OESTE

- Estácio e Assembleia legislativa -



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE RORAIMA**

SUMÁRIO

- O QUE É A DPE-RR?
- O QUE SÃO OS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO DA DPE-RR?
- QUAIS SÃO OS SERVIÇOS OFERECIDOS PELOS NÚCLEOS?
- QUERO RECEBER ATENDIMENTO, QUAIS DOCUMENTOS LEVAR?
- ONDE POSSO FAZER O AGENDAMENTO?
- NÚMERO PARA CONTATO

O QUE É A DPE-RR?



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE**



A **Defensoria Pública de Roraima (DPE-RR)** desempenha um papel fundamental na garantia do acesso à justiça para a população em situação de vulnerabilidade. Sua principal função é oferecer **assistência jurídica gratuita** àqueles que não possuem recursos para contratar um advogado, assegurando direitos fundamentais e promovendo a cidadania.

O QUE SÃO OS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO?

Com o intuito de descentralizar os atendimentos, os núcleos atendem pessoas que moram em bairros mais afastados do centro de Boa Vista.

A **Central de Atendimento e Peticionamento Inicial (CAPI)** e o **Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)** são os dois pontos de atendimento da DPE-RR que ficam situados na **zona oeste da capital**.

Funcionam o dia todo



QUAIS SÃO OS SERVIÇOS OFERECIDOS PELOS NÚCLEOS?

Ação de alimentos

Processo judicial utilizado para garantir o direito de uma pessoa de receber pensão alimentícia, geralmente destinada a filhos menores, cônjuges, ex-cônjuges ou outros dependentes que comprovem necessidade. Essa ação busca assegurar recursos para suprir necessidades básicas como alimentação, moradia, saúde, educação e lazer.

Alimentos gravídicos

Os alimentos gravídicos são uma forma de pensão alimentícia destinada a cobrir as despesas da gestante durante a gravidez, garantindo o bem-estar do bebê desde a concepção. Esses alimentos incluem gastos com consultas médicas, exames, remédios, alimentação adequada e outros custos essenciais para a saúde da mãe e do feto.

A ação pode ser movida contra o suposto pai, desde que haja indícios razoáveis da paternidade. Após o nascimento da criança, os alimentos gravídicos podem ser convertidos em pensão alimentícia comum.



Alimentos avoengos

Os alimentos avoengos são a pensão alimentícia paga pelos avós quando os pais da criança não têm condições financeiras de arcar com essa obrigação. Esse direito é baseado no princípio da solidariedade familiar, previsto no Código Civil Brasileiro. A responsabilidade dos avós é subsidiária e complementar, ou seja, eles só são acionados caso seja comprovada a impossibilidade dos pais de prover o sustento do filho.

Investigação de paternidade/maternidade

A investigação de paternidade ou maternidade é uma ação judicial que busca estabelecer o vínculo biológico entre um filho e seu suposto pai ou mãe, garantindo direitos como pensão alimentícia, herança e reconhecimento legal. O processo pode ser iniciado pelo próprio interessado, pela mãe ou por um representante legal, e normalmente envolve a realização de exame de DNA, considerado a prova mais segura para comprovação da filiação.



Cumprimento de sentença de alimentos

O cumprimento de sentença de alimentos é o procedimento judicial utilizado para cobrar o pagamento da pensão alimentícia determinada por decisão judicial. Caso o devedor não cumpra a obrigação, o credor (geralmente o representante legal do alimentado) pode solicitar a execução da dívida.

Existem duas formas principais de cobrança:

1. **Execução sob pena de prisão** – Aplicável quando há atraso de até três meses. O devedor pode ser preso por até 90 dias, mas a dívida continua existindo.
2. **Execução patrimonial** – Permite a penhora de bens, bloqueio de contas bancárias e descontos em folha de pagamento para quitar valores vencidos.

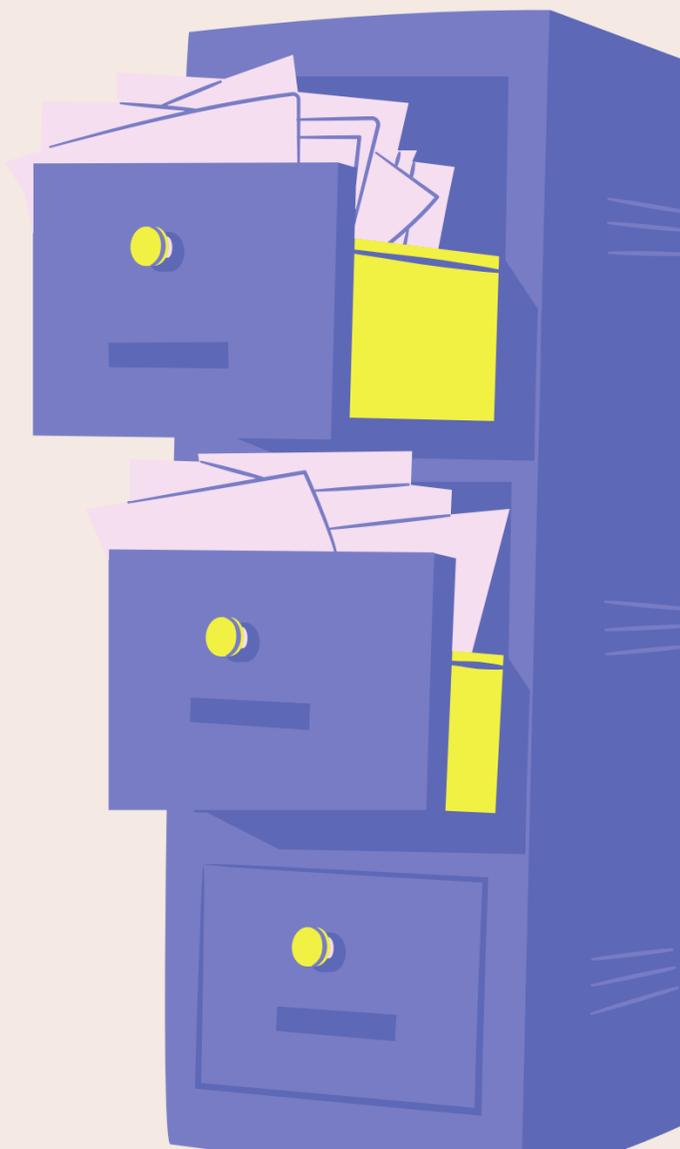


Divórcio sem bens

O divórcio sem bens é a dissolução do casamento quando o casal não possui patrimônio a ser dividido. Esse tipo de divórcio pode ser extrajudicial (em cartório) se for consensual e sem filhos menores ou incapazes, ou judicial quando há desacordo entre as partes ou filhos menores, exigindo decisão do juiz. Esse divórcio garante a liberdade para que cada cônjuge siga sua vida sem pendências jurídicas.

Desarquivamento de processo

O desarquivamento de processo é a reabertura de um processo que foi arquivado, seja por conclusão, falta de movimentação ou determinação judicial. Esse procedimento pode ser solicitado por uma das partes ou por seus advogados, quando há necessidade de acessar documentos, apresentar novos pedidos ou dar continuidade ao caso.



Interdição/curatela

A interdição é um processo judicial que declara uma pessoa incapaz de gerir seus próprios atos devido a doenças, deficiências ou limitações mentais. Como resultado, o juiz nomeia um curador, que passa a representar legalmente o interditado em decisões sobre patrimônio, saúde e outros aspectos da vida.



Regulamentação de visita

A regulamentação de visita é o processo judicial que estabelece as condições e regras para o convívio entre pais e filhos após a separação ou divórcio. O objetivo é definir de forma clara o direito de convivência familiar, especialmente em casos de guarda compartilhada, unilateral ou quando os pais não chegam a um acordo sobre as visitas.

Reconhecimento e dissolução de união estável sem bens

Reconhecimento: a parte interessada (geralmente uma das partes) busca o reconhecimento legal da união estável, para garantir direitos como pensão, herança e outros benefícios, sem a necessidade de comprovar a propriedade de bens.

Dissolução: o casal formaliza o término da união, sem a divisão de patrimônio. O processo pode ser consensual, quando ambas as partes concordam com o fim da relação e não há bens ou dívidas a serem divididos, ou litigioso, caso haja desacordo sobre questões como guarda de filhos ou pensão alimentícia.



Tomada de decisão apoiada

A tomada de decisão apoiada é um mecanismo legal que auxilia pessoas com deficiência intelectual ou transtornos mentais a tomar decisões sobre sua vida, garantindo a participação delas de forma ativa, mas com o suporte de uma pessoa ou equipe de confiança. Essa medida é alternativa à curatela e permite que o indivíduo continue com a maior autonomia possível, sem perder o direito de tomar decisões importantes. O apoio pode ser oferecido em questões como saúde, finanças, contratos e outros aspectos da vida cotidiana.

Tutela de menores

A tutela de menores é uma medida jurídica que visa proteger crianças e adolescentes em situações de risco, quando seus pais ou responsáveis não podem exercer adequadamente o poder familiar. A tutela pode ser estabelecida judicialmente quando há motivos como abuso, negligência, abandono ou incapacidade dos pais para cuidar dos filhos.



QUERO RECEBER ATENDIMENTO, QUAIS DOCUMENTOS LEVAR?

Os documentos necessários para a abertura de processos são:

- **CPF**
- **Carteira de identidade**
- **certidão de nascimento, casamento**
- **Comprovante de residência**
- **Comprovante de renda (se houver).**

